

Defesa do território pesqueiro: organização política e empoderamento de pescadores de Aveiro, Pará, Brasil

Defense of fishing territory: political organization and empowerment of fishermen in Aveiro, Pará, Brazil

Wandicleia Lopes de Sousa¹

Rubens Elias da Silva²

Thiago Almeida Vieira³

Resumo:

Este ensaio etnográfico evidencia como os pescadores organizam-se politicamente para garantir seus direitos, em defesa do território e a da conservação dos recursos pesqueiros no município de Aveiro, oeste do Pará. As relações engendradas por pescadores são analisadas e discutidas a partir das lentes das categorias analíticas de pescadores artesanais e organização política. A região do Alto Tapajós tem sido espaço de especulação para instalação de grandes empreendimentos (complexo hidroelétrico do Tapajós, portos, ferrovias, exploração mineral, entre outros). Diante dessa conjuntura, os pescadores têm buscado construir estratégias de defesa do território, assumindo o controle de regras de acesso aos recursos naturais, bem como de fortalecimento das organizações sociais que vivem nesse ambiente. Como resultado, aponta-se a construção do protocolo de consulta, livre, prévia e informada como uma das estratégias para garantir condições de participação efetiva da categoria no processo de decisão.

Palavras-chave: pescadores artesanais; recursos naturais; conservação ambiental; médio Tapajós; Amazônia.

Abstract:

This ethnographic essay shows how fishermen are organized politically to guarantee their rights, in defense of the territory and the conservation of fishery resources in the municipality of Aveiro, Eastern Pará. The relations engendered by fishermen are analyzed and discussed from the lens of the analytical categories of artisanal fishermen and political organization. The High Tapajos region has been a space of speculation for the installation of large enterprises (Tapajos hydroelectric complex, ports, railroads, mineral exploration, among others). Given this conjuncture, fishermen have sought to build territorial defense strategies, taking control of rules of access to natural resources, as well as strengthening social organizations that live in this environment. As a result, the construction of

¹ Doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/Ufopa). Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/Ufopa). Bacharela em Ciências Econômicas. E-mail: wandicleia@hotmail.com

² Pós-Doutor pela Université du Québec à Montréal. Doutor e Mestre em Sociologia. Docente da Ufopa: ICS; PPGSAQ; PPGCS. hellazer09@gmail.com

³ Pós-Doutor pela Universidade do Algarve. Doutor em Ciências Agrárias. Docente da Ufopa: IBEF, PPGSAQ e PPGSND. E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br

the free, prior and informed consultation protocol is mentioned as one of the strategies to guarantee conditions for the effective participation of the category in the decision process.

Keywords: artisanal fishermen; natural resources; environmental conservation; medium Tapajos; Amazonia.

1. Introdução

Este artigo busca fazer um relato sobre a organização política e empoderamento dos pescadores e pescadoras artesanais do município de Aveiro, região do Alto Tapajós localizado na mesorregião do Baixo Amazonas Paraense (Castello Branco, 2006). O objetivo principal do estudo é esboçar um ensaio etnográfico evidenciando compreender como os pescadores e pescadoras organizam-se coletivamente para garantir seus direitos sociais, em defesa de seu território e a da conservação dos recursos pesqueiros.

Assim, busca-se compartilhar e compreender a dinâmica organizativa dos pescadores e pescadoras, bem como, as estratégias de resistência usadas para fortalecer a luta pela conservação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas nessa região amazônica. O estudo foi realizado no município de Aveiro, onde aproximadamente 34% de seu território localiza-se dentro de duas Unidades de Conservação- UC, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós, além de parte estar dentro de Terras Indígenas em processo de reconhecimento (ICMBIo, 2014).

As características do município de Aveiro remetem à compreensão que se trata de um município-enclave, seguindo os pressupostos de Dellagnezze (2016, p.8), que descreve “[...] em geografia política enclave é o território de um Estado com distinções políticas, sociais ou culturais cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de um outro território ou região”.

A pesca é uma das atividades econômicas mais importantes na região amazônica, pois possibilita o acesso à fonte de proteína animal e a geração de renda para parte significativa dos povos que habitam esse território, de modo especial os que vivem às margens dos lagos, igarapés e rios de grande, médio e pequeno porte (Furtado e Siqueira-Souza, 2018). A pesca é desenvolvida com mais frequência nos ecossistemas lacustres existentes nas regiões da várzea, uma vez que esses ambientes proporcionam rendimentos de mais alto valor. Nestes territórios, a pesca é a principal fonte alimentar e econômica das populações ribeirinhas da referida região (Brasil, 2015).

É importante frisar que a pesca enquanto atividade de captura e coleta de peixes e pequenos moluscos remonta ao período pré-colombiano na Amazônia (Prestes-Carneiro et al., 2019), sugerindo que esta atividade era vital para a obtenção de proteínas para a dieta alimentar dos povos que aí viviam (Silveira e Schaan, 2005; Ferreira Penna, 1876). Evidências recentes sugerem a existência de pescas pré-hispânicas em áreas de savana da bacia amazônica, onde essas populações modificavam a paisagem para manejo de diversas espécies de peixes na estação seca (Prestes-Carneiro et al., 2019). Sendo assim, as mediações entre sociedade e natureza no âmbito da atividade pesqueira na Amazônia ainda têm muito o que ser compreendida e analisada, tanto nas técnicas de pesquisa quanto nas tecnologias empregadas por esses povos para lidar com as limitações do meio.

Os conflitos de pesca envolvem geralmente diversos grupos sociais que possuem interesses divergentes em relação à apropriação dos recursos pesqueiros de determinado território aquático (Oviedo, Bursztyn, Drummond, 2015). As relações entre coletivos de pescadores, ambiente e a presença do Estado encarnado em instituições públicas que mediam essas tensões se fez presente na região nas últimas décadas (Benatti,

McGrath e Oliveira, 2004; Silva e Ferreira, 2018). Nessa realidade descrita, a presença de geleiras, tanto no rio Amazonas, quanto no Rio Tapajós, tem sido fonte de debate e contestação de atores sociais (ribeirinhos e varjeiros), estudados por diversos pesquisadores na região (Silva, 2017; Silva e Salgado, 2016).

Historicamente, essas lutas polarizaram grupos sociais que rivalizavam pelo controle, acesso e usufruto de recursos pesqueiros de lagos ou rios, o que ocasionou nos anos 1970 a guerra do peixe no estado do Amazonas (Castro e McGrath, 2001). No século XXI, além desses problemas já elencados, aumentou a pressão política sobre os pescadores, principalmente na forma como estes se relacionavam com o Estado e o mercado.

Na região do Baixo Amazonas essa descrição é pertinente, pois tem aumentado a pressão do mercado externo para implantação de projetos de grande porte como portos, hidroelétricas, ferrovias entre outros, para agilizar a logística do escoamento das commodities, assim como outras regiões da Amazônia também enfrentam essas questões pautadas num desenvolvimento tecnocrata voltado para o mercado externo (Torres, 2016; Doria et al., 2018; Sousa, Silva e Vieira, 2019). Tais empreendimentos estão previstos para serem instalados em territórios onde existe um número significativo de populações tradicionais, como é o caso dos pescadores artesanais. Tal situação tem exigido que essa categoria se organize em defesa dos recursos naturais existentes em seu território (Sousa, Silva e Vieira, 2019), uma vez que estes engajamentos são ignorados e desconsiderados pelo Estado naquela região (Torres, 2014).

Essa importância é demonstrada na contribuição significativa que a região norte do Brasil desempenha no abastecimento do mercado pesqueiro do país, pois é responsável por 24% de todo o pescado produzido, e o estado do Pará se destaca como o principal produtor, contribuindo com cerca de 150 mil toneladas (Ibama, 2004). A pesca nessa região é oriunda, fundamentalmente, na atividade artesanal, destacando-se em relação às demais regiões brasileiras pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional a este recurso e atividade (Batista et al., 2004).

O artigo discutirá as seguintes categorias analíticas: pescadores artesanais e empoderamento (empowerment) como variáveis que possuem correlação para compreensão das mudanças ocorridas na dinâmica socioeconômica das comunidades onde vivem estes pescadores, em decorrência dos grandes projetos previstos para serem instalados (portos e hidroelétricas), de modo especial às margens do Rio Tapajós, onde localiza-se o município estudado.

2. Território e os lugares da tradição: espaços em disputa e em risco

Ressalta-se que território é uma categoria analítica compreendida como um espaço carregado de significados históricos, culturais e sociais onde os pescadores artesanais desenvolvem suas relações sociais, suas atividades e seu domínio de poder, ano após ano (Raffestin, 1993). Corroborando com essa compreensão, Saquet (2015, p.13) afirma que existem algumas interpretações multidimensionais que precisam ser feitas no processo de análise do território, sendo assim é necessário fazer uma “[...] leitura concomitante das articulações e interações sociais, unidas entre si e com a natureza, no processo histórico e nas multiescalaridades das dinâmicas territoriais”.

Outra categoria discutida é dos pescadores artesanais, os quais possuem uma relação muito forte com a natureza (Sousa e Vieira, 2021), o que pode ser confirmado na descrição apresentada por Diegues (2001, p.42) “[...] outras representações mentais são construídas para tornar compreensíveis as experiências e seres da natureza, por exemplo, peixes, sua natureza e suas relações com os humanos [...]”. Dessa forma,

a capacidade do pescador de manusear inteiramente todos os meios utilizados na pesca e a vivência diária vivida nas comunidades da região amazônica é “[...] construída e reelaborada a partir das relações ecológicas que essas comunidades estabelecem [...] com os rios, lagos, igarapés e seus recursos naturais” (Sousa, Silva e Vieira, 2019).

A atividade da pesca artesanal desempenha papel essencial na dinâmica socioambiental e econômica em nível local, regional e nacional, uma vez que é responsável direta e indiretamente pela garantia da segurança alimentar e nutricional de diversas famílias. Cumpre ainda função econômica fundamental na vida das comunidades que vivem às margens dos rios e lagos, as quais podem ser considerados territórios ambientais, pois desenvolvem sua atividade sem degradar os recursos naturais, buscando garantir a manutenção e conservação dos rios, lagos e igarapés existentes no ecossistema amazônico (Esterci, 2014).

A categorização de povos tradicionais é algo mais contemporâneo, tanto em nível social, governamental e acadêmico. Surge em meio aos debates que envolvem problemas ambientais e defesa de território. Essa descrição está contida no art. 3º do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os quais são definidos como:

“[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Esse conceito é também revelado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde desempenha papel fundamental nos debates nacionais em torno da importância da garantia dos direitos dos povos. No entendimento de Urquidí, Teixeira e Lana (2008, pp. 203-204) é necessário garantir a segurança “[...] dos territórios tradicionais pelo respeito que os governos deverão ter da relação especial e dos valores espirituais que os povos dão às suas terras ou territórios, reconhecendo os direitos de propriedade e posse das terras que esses povos tradicionalmente ocupam”.

Nesse contexto, a atividade da pesca artesanal faz parte do cotidiano familiar de vários povos da Amazônia, exercendo influência para a qualidade de vida destas pessoas (Sousa e Vieira, 2021), e sobre questões econômicas, culturais, sociais e ambientais.

Ultimamente, os pescadores artesanais vêm enfrentando algumas mudanças sociais, culturais e econômicas provocadas por atores externos ao território, como a pressão do mercado internacional e as decisões de ordem institucional que têm colocado a categoria sob ameaça constante (Castro e McGrath, 2001; Andriquetto Filho, 2003; Pinto et al., 2014; Sousa, Silva e Vieira, 2019). Diante dessa realidade os pescadores e pescadoras têm construído estratégias para fortalecer sua organização política. O estudo é norteado pela seguinte indagação: Como os pescadores e pescadoras artesanais organizam-se para garantir seus direitos e defender a conservação dos recursos pesqueiros do município de Aveiro, Pará?

Para responder a esta questão norteadora, o caminho metodológico utilizado alinha-se à metodologia etnográfica, ou seja o estudo de campo ajudou a delinear o que Malinowski (1976, p.37) afirma como “ponto de vista do nativo”. Sendo assim, uma forma de compreender as experiências de empoderamento vivenciadas no dia a dia dos pescadores artesanais (Angrosino, 2009; Weber, 2009), no presente caso, os de Aveiro. Nesse sentido, a etnografia ajuda no processo de registro, descrição e construção do relato aproximado sobre cotidiano do público participante do estudo (Malinowski, 1976), ajudando assim, em uma

reflexão sistemática sobre os fatos que o pesquisador observa no campo, sendo um meio de reelaborar as questões e a teoria da pesquisa.

Na concepção de Angrossino (2009, p.30), “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”. É importante que o pesquisador esteja atento para perceber as singularidades sociais, culturais e religiosas existente em cada comunidade, a percepção do ambiente está relacionada ao olhar diferenciado que o pesquisador deve ter no campo (Frehse, 1998). Algumas pesquisas da área das Ciências Sociais que debatem sobre a temática da pesca artesanal na Amazônia, no Brasil e do mundo têm usado a etnografia para sistematizar os principais fatos da história da vida dessas comunidades tradicionais (Diegues, 1983, 2001, 2004; Maldonado, 1986, 1993; Ramalho, 2006, 2011; Ferreira, 2018).

As anotações foram armazenadas no caderno de campo seguindo as premissas já afirmadas por Cardoso de Oliveira (2002, p.19) quando argumentou sobre a importância do caderno no processo de investigação da pesquisa etnográfica, pois esse instrumento possui o “[...] poder de estimular a memória de um passado remoto, trazendo-o para o presente”. Dessa forma, o pesquisador deve ter cuidado com o registro do diário de campo, uma vez que participa da vida social do grupo estudado e passa a conhecer pela via sistemática, como pelos acontecimentos esporádicos do seu cotidiano (Cardoso de Oliveira, 1998).

Apresenta-se um relato sucinto das categorias discutidas e do processo de organização dos pescadores artesanais da Colônia Z-52, município de Aveiro. Em seguida, é exposto como se deu o processo de empoderamento e a construção de instrumentos para defender os recursos pesqueiros. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

3. Organização dos pescadores artesanais de Aveiro

Os pescadores artesanais organizam-se em colônias de pescadores e desde seu surgimento o Estado buscava manter sob seu comando essa categoria social (Silva, 1988). Em meados de 1919, os militares começaram a criar as Colônias de Pescadores na costa brasileira e na Região Amazônica, com a finalidade de “[...] organizar os pescadores para que contribuíssem com o sistema de defesa costeiro, assumindo o caráter de uma entidade que prestava assistência social, administrativa e militar, mais do que para defender seus próprios interesses econômicos e/ou sociais” (Kalikoski et al., 2009, p.75), sendo assim, uma forma de manter a categoria sobre o comando do estado.

No início do século XX, a Marinha do Brasil realizou sua primeira ação de intervenção junto aos pescadores. Então sob a tutela do órgão militar os pescadores foram obrigados a fazerem seus registros, bem como, de suas embarcações junto à Capitania dos Portos, espalhadas por todo país. Nesse período a elaboração de normas e o monitoramento de sua eficácia, estavam sob o comando do Ministério da Agricultura. As colônias de pescadores eram coordenadas por comerciantes, vereadores, deputados, empresários, militares e outras categorias que possuíam o interesse em manter o controle dessa classe social, por isso desempenhavam um papel meramente assistencialista (Amorim, 2014).

Em meados da década de 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil, com a finalidade de quebrar o caráter paternalista e assistencialista que a colônias vinham adotando (Amorim, 2014). Na década de 1960, os pescadores artesanais começaram a se organizar para a criação do Conselho de Pastoral dos Pescadores – CPP, a fim de fomentar a organização e capacitação da categoria. Esse processo foi um marco na história da libertação da classe, pois a partir desse período as direções das colônias de pescadores passaram por mudanças significativas (Leroy, 1988).

As mudanças iniciaram pelas regiões Norte e Nordeste e foram ganhando forças na luta contra a opressão da ditadura militar, e nesse processo algumas instituições juntaram-se a CPP, entre elas: Movimento de Educação de Base (MEB) e da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) (Leroy, 1988).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os pescadores artesanais foram beneficiados com a garantia de seus direitos sociais e políticos, materializada por meio do artigo 8º, de modo que a Colônia de Pescadores recebeu a configuração de categoria sindical, igualando-se assim aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Moraes, 2001).

Segundo dados levantados por Amorim (2014), no Brasil os pescadores estão organizados em aproximadamente 1.000 colônias de pescadores; 27 (Federações Estaduais e uma Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA). No estado do Pará existem 65 Colônias de Pescadores vinculadas à Federação dos Pescadores do Estado do Pará (FEPA) e ao Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA), em nível nacional a relação é feita com a Confederação dos Pescadores do Brasil (Santos, 2005).

Quanto à organização em nível regional, as Colônias do Baixo Amazonas possuem aproximadamente 30.000 pescadores artesanais filiados em 13 Colônias de Pescadores existentes, que exercem suas atividades em ecossistema de várzea comum, que permeia na construção de uma identidade territorial dentro da Amazônia (Silva, 2017).

A história desses pescadores é marcada por lutas, resistência, organização, elaboração de instrumentos de gestão participativa e de defesa de seus territórios. Em 1996, os pescadores criam a Associação do Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (Mopebam), com o objetivo de articular, defender, capacitar e fortalecer a luta das colônias de pescadores artesanais nesse território (Cartilha Colônia de Pescadores, 2004). Entre as organizações que estão filiados ao Mopebam, a Colônia de Pescadores Z-20, do município de Santarém, é a mais antiga, criada em 1920 e a mais nova a Colônia de Pescadores Z-76 do município de Faro (Campos, 2007).

A Colônia de Pescadores Z-52 do município de Aveiro foi fundada em 01 de maio de 1997, atualmente possui aproximadamente 250 sócios, é coordenada por pescadores artesanais e sua estrutura organizativa da entidade é composta de: um presidente; um vice-presidente; dois secretários; e dois tesoureiros. O Conselho Fiscal é representado por: três titulares e três suplentes. A Z-52 conta ainda com três núcleos de base, localizados nas comunidades Cametá, Apacê e Cassuepá. A entidade realiza reuniões mensalmente com os pescadores, além disso, oferece aos associados assistência para acesso às políticas públicas como: auxílio maternidade, seguridade social e seguro defeso.

Os núcleos de base são espaços de deliberação, organização e elaboração de instrumentos de defesa do território, como os acordos de pesca, que, entre outras regras, auxiliam no estabelecimento de normas que garantam a conservação dos recursos pesqueiros e o equilíbrio do ecossistema (O'Dwyer, 2005, p.210). Nota-se, portanto, que as Colônias de Pescadores atuam para fortalecer a representação dos pescadores em suas lutas e deliberações.

As organizações dos pescadores em nível local, regional e nacional organizam-se para construir instrumentos que fortaleçam a categoria e assegure seus direitos sociais e previdenciários. Além disso, as políticas públicas conquistadas ao longo dos anos contribuíram para que as comunidades, as quais sobrevivem da pesca artesanal fortaleçam os processos ecológicos e as práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com vistas à sustentabilidade do ecossistema e da diversidade pesqueira.

4. O empoderamento e a construção de instrumento para defesa dos recursos pesqueiros

Os pescadores artesanais defendem a oferta e manutenção dos estoques pesqueiros para sobreviverem e dar meios de subsistência às suas famílias. Podemos afirmar que parte do pescado é destinada à venda, visando gerar capital necessário para a obtenção de mercadorias não possíveis de serem produzidas in loco.

Os pescadores de Aveiro são atores sociais politicamente engajados que defendem o território aquático-florestal sustentado para sobreviverem. Diante de riscos concretos, estes atores sociais buscam empoderar-se para lutar em prol de direitos postos em perigo. O empoderamento seria o processo social que torna possível o engajamento político de atores locais, de modo a construir a autonomia e desenvolvimento intersubjetivo de coletivos políticos (Gohn, 2004). Esse empowerment viceja promover e impulsionar grupos e comunidades, objetivando alcançar e garantir direitos sociais e a progressiva melhoria de vida.

Nessa realidade, onde o poder do capital e a globalização comercial estão tornando-se hegemônicos, as entidades sociais e sindicais organizam-se e resistem às mudanças que o sistema capitalista pode causar em seus modos de vida e à natureza. O processo de produção e reprodução do sistema capitalista tem provocado conflitos e transformações ao modo de vida das populações tradicionais que necessitam do meio ambiente para sua subsistência (Diegues, 2001). Essa realidade motivou os indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, por meio de suas entidades representativas, a mobilizarem-se em parcerias com outras instituições da sociedade civil, entidades não governamentais, instituições jurídicas, entre outras, na construção de instrumentos normativos legais, como marco regulatório para garantir o respeito aos seus direitos frente a força do capital (Cherem e Azevedo, 2016).

No Baixo Amazonas, em especial na região do alto Tapajós, segundo Hernandez (2007) está prevista a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, composto por cinco usinas: UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatobá, UHE Jamaxim, UHE Cachoeira do Caí e UHE Cachoeira dos Patos; e mais duas usinas determinadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento –PAC, UHE Jardim do Ouro, UHE Chacorão. Além disso, as populações tradicionais, de modo especial os pescadores artesanais vivem as ameaças da instalação de outros grandes empreendimentos como avanço do agronegócio, construção de portos e projetos de exploração mineral (Tapajós Vivo, 2009).

Diante desse cenário de possíveis mudanças, que os empreendimentos podem causar aos ecossistemas amazônicos envolvidos, de modo especial aos componentes da flora e da fauna dessa região, impactando diretamente a vida dos pescadores que dependem dos recursos naturais para sobreviver.

Com base na Convenção nº169 da OIT (1989) e o artigo 19 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) a direção do Mopebam começou um processo de organização dos pescadores e pescadoras de Aveiro, a fim de construir seu protocolo de consulta, livre, prévia e informada. O empoderamento desses atores perpassa pela forma que atuam na esfera pública com instituições jurídicas e empresas.

Na concepção de Monteiro (2015, p.35) os protocolos de consulta são normas comunitárias que refletem peculiaridades tradicionais, essa é uma forma de capacitar “[...] os povos e comunidades tradicionais a dialogarem com os agentes externos em paridade de posições [...]”. Sendo assim, o protocolo de consulta livre, prévio e informado tornou-se um instrumento jurídico importante perante o Estado e a diversidade de procedimentos adequados para dialogar com as populações tradicionais quando se pretende que esta participe de processos de tomada de decisões que podem afetar seu modo de vida, direito ou território (Sousa, Silva e Vieira, 2019).

A demanda para articulação desse processo com pescadores da Colônia de Pescadores Z-52 foi liderada pelo Mopebam ao perceber a necessidade dos pescadores e pescadoras de se organizarem para construir

um instrumento que os auxiliassem no diálogo com os órgãos do governo em âmbito municipal, estadual e federal, instituições privadas, entidades de pesquisas e demais atores que detêm interesse no território. O processo está sendo executado por uma parceria institucional com a organização não-governamental Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (Sapopema), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e o Fundo Casa, visando contribuir com o processo de capacitação e gestão de lideranças comunitária nesta região.

Percebe-se que a ação liderada pelo Mopebam remete à relação de poder existente nas relações pautadas de autonomia e dependência, conforme descrito por Giddens (1987, p.7), ao afirmar que “[...] por mais subordinado que o ator possa ser em uma relação social, o fato de estar envolvido em tal relação lhe dá um certo poder sobre o outro, fazendo uso dos recursos que ele possui”. Sendo assim, o poder nesses moldes é uma ferramenta que tem a capacidade de contribuir na mudança da realidade vivenciada por determinado grupo social.

A proposta dos pescadores e pescadoras é construir o protocolo de consulta, livre, prévia e informada para servir de instrumento para conservação e defesa do território pesqueiro na região do Baixo Amazonas Paraense, em face aos impactos dos grandes projetos previstos para serem implantados na Região. As atividades iniciaram em janeiro de 2019, quando o MOPEBAM e a Colônia de Pescadores Z-52 perceberam a ameaça que estavam sofrendo, tomando a iniciativa de captar recurso e firmar parcerias que os ajudassem a construir seu protocolo de consulta.

Em seguida, estas duas organizações apresentaram a preocupação dos pescadores e pescadoras de Aveiro, e solicitaram apoio à Sapopema e a pesquisadores da Ufopa, para elaboração de um projeto que fortalecesse a luta da categoria. Assim, houve o envolvimento direto da universidade no processo, essencial para o estabelecimento de diretrizes, dentro de um cronograma pactuado com os pescadores.

A ação de articulação do Mopebam e da Colônia de Pescadores Z-52 demonstra uma ação coletiva, onde o empenho para alcançar as metas pactuadas entre os atores envolvidos no processo revela uma espécie de movimento social marcado pela identidade e a relação que os pescadores e pescadoras possuem com o seu território pesqueiro (Touraine, 1965; Ferreira, 2018). Sendo assim, o anseio dos pescadores e pescadoras em construir normas para uso do território dentro do protocolo de consulta evidencia a forma como o movimento social organiza-se e esforça-se em defender o ambiente onde vive com sua família. Assemelhando-se aos fatos demonstrados por Ferreira (2018), em pesquisa realizada com pescadores da Ilha de São Miguel em Santarém, Pará.

Após pactuação das parcerias e a construção do cronograma de ações para a elaboração do protocolo de consulta, livre, prévia e informada deu-se início as viagens para realização das atividades junto aos pescadores e pescadoras do município de Aveiro. O deslocamento até o município onde as ações foram desenvolvidas é realizado por lancha ou barco da linha, em torno de três a quatro horas para chegar em seu destino, partindo de Santarém. A primeira viagem ocorreu nos dias 03 e 04 de agosto do ano de 2019.

Ao chegar em Aveiro, percebeu-se um olhar desconfiado dos que já estavam andando na pracinha em frente a cidade, pois, possivelmente, se tratar de pessoas chegadas de fora da cidade. Apesar disso, os moradores daquela cidade sabiam quem nós éramos e o motivo de nossa presença naquele local, o fato ocorrido remeteu-me ao relato de campo feito por Geertz (1989), no capítulo 09, do seu livro “A interpretação das culturas”, onde relata sobre a busca pela compreensão das relações existentes na briga de galo de balineses, onde os povos do local tinham conhecimento sobre quem ele era e qual sua finalidade naquele ambiente.

A receptividade a cada ação desenvolvida foi calorosa, uma questão que chamou atenção nas reuniões é que cada pescador e pescadora chega ao local e vai cumprimentando um ao outro e o público externo ao cotidiano deles, transmitindo um sentimento acolhedor um ao outro.

As reuniões ocorrem na sede da Colônia de Pescadores Z-52, iniciando às 8h30min da manhã, com uma oração feita por algum pescador presente, momento em que eles pedem proteção e discernimento para a atividade que estão desenvolvendo.

Já foram realizadas 04 (quatro) reuniões entre as ações previstas dentro do cronograma para elaboração do protocolo de consulta, livre, prévia e informada. O envolvimento dos pescadores e pescadoras da Colônia de Pescadores Z-52 foi aumentando a cada encontro realizado (Figura 1). As reuniões/encontro periódico (mensal) tornaram-se parte do cotidiano dos pescadores e pescadoras, de modo especial dos membros da direção da Colônia Z-52, que assumem a função de articular e mobilizar o público para que as atividades do cronograma elaborado ocorram.

Figura 1 - Reuniões do MOPEBAM com os pescadores e pescadoras da Colônia de Pescadores Z-52 para construção do Protocolo de Consulta, Aveiro, Pará, Brasil.



Fonte: Acervo dos autores

A organização do espaço é feita em forma de fileiras onde os pescadores e pescadoras sentam aleatoriamente e uma mesa na frente onde sentam-se os diretores da Colônia e os atores externos (Figura 1). Esse formato de ordenar o espaço pode transmitir um protocolo hierárquico de organização, apesar de a todo momento os membros que compunham a mesa incentivassem a cada pessoa presente falar algo sobre o assunto. Observação divergente do que foi constatado por Mendes (2018, pp.35-36), que destacou que “[...] organização espacial dos participantes em cada reunião. Aqui o arranjo das cadeiras ou bancos é diferente das reuniões formais na sequência, os participantes sentam-se em círculo [...] possibilitando perceber esse momento também como uma roda de conversa”.

Observou-se que cada pescador presente na reunião vem com um caderno e caneta em mãos, usado para fazer os registros dos assuntos debatidos. A ação de registrar os fatos remete às práticas percorridas por Foucault (1999), em seu livro “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, onde relata sobre os registros feitos pelos vigilantes das ações de seus vigiados, mostrando assim uma preocupação em anotar as informações importantes para o trabalho. O empoderamento articula-se, desse modo, também, na forma como esses atores sociais se relacionam com aqueles que constroem o discurso sobre eles.

A realidade atual, diante de novos empreendimentos na região, vai desconstruindo a relação culturalmente e ambientalmente construída ao longo dos anos pelos pescadores e pescadoras artesanais. Esse sentimento ficou evidente durante a reunião quando os pescadores e pescadoras relataram que estão vivendo um processo de exclusão social, econômico e cultural, pois as novas mudanças ocorridas têm afetado seu modo de vida, fazendo com que eles criem novos significados e desafios para seu cotidiano nas comunidades.

5. Considerações Finais

Este artigo teve o objetivo de apresentar um ensaio etnográfico evidenciando como os pescadores e pescadoras organizam-se para garantir seus direitos, em defesa de seu território e a da conservação dos recursos pesqueiros, em Aveiro, Pará. A região tem sido espaço de especulação e planejamento para instalação de grandes empreendimentos, como: complexo hidroelétrico do Tapajós, portos, ferrovias, exploração mineral entre outros.

Diante dessa conjuntura de ameaça ao modo de vida das populações tradicionais, em especial os pescadores e pescadoras tem-se buscado construir estratégias de defesa do território, assumindo o controle de regras de acesso aos recursos naturais, bem como de fortalecimento das organizações sociais que vivem nesse ambiente. Somam-se a outras comunidades das regiões de várzea, ribeirinha e lacustre do baixo amazonas, que procuram garantir o ecossistema ecologicamente equilibrado e uso sustentável dos recursos naturais.

A construção do protocolo de consulta, livre, prévia e informada é fundamental para fortalecer o empoderamento das entidades que congregam os pescadores artesanais. Sem dúvida, essa é uma estratégia para garantir as condições de participação efetiva da categoria no processo de decisão, que podem impactar direta e indiretamente seu território, seu modo de vida e seus direitos. Além disso, é uma forma de orientá-los na tomada de decisões e no processo de diálogo com os atores externos de forma equitativa.

O ensaio etnográfico procurou registrar a organização política dos pescadores e pescadoras artesanais da Colônia de Pescadores Z-42, do município de Aveiro, como forma de dar visibilidade ao processo de articulação e resistência em uma comunidade pesqueira, dentro da Amazônia. Ressalta-se que as situações vividas no cotidiano dessa categoria, não são um fato isolado, mas assemelham-se a muitos outros casos de territórios que se encontram ameaçados com a implementação de grandes empreendimentos, que visam atender a demanda do capital externo em detrimento da sobrevivência das populações tradicionais.

Contudo, o desafio apresentado diante do cenário obscuro é como os pescadores e pescadoras artesanais vão aplicar e garantir a eficácia desse instrumento de direito dos povos tradicionais. A expectativa da categoria é conseguir manter a redes de relações e assim ter forças para enfrentar as ameaças ao território em tempos futuros, porém essa preocupação será respondida em futuras observações.

Referências Bibliográficas:

Amorim, C. (2014). História das Colônias de Pescadores no Brasil. *Jornal Martim-Pescador*, 10:125. (<http://www.jornalmartimpescador.com.br>; acesso em 05/01/2017).

- Andriguetto Filho, J. M. (2003). "A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira do Litoral do Paraná, Brasil". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 8: 43-58.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Batista, V. S.; Issac, V. J.; Viana, J. P. (2004). "Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia". In Rufino, M. L. (ed): *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. Manaus: ProVárzea/IBAMA. pp.63-132.
- Benatti, J. H.; McGrath, D. G.; Oliveira, A. C. M. (2003). Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, 6(2):137-154. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300009>
- Beser, E. G. A. S.; Ribeiro, J. F.; Carvalho, L.G. (2018). "Um protocolo de consulta no alto Trombetas: experiências e resultados." *Terceira Margem*, 3(11):153-167.
- Brasil, J. B. S. (2015). *Mulheres Pescadoras da várzea do município de Parintins – AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera*. Dissertação. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília.
- Campos, J. R.; Ferreira, L. V.; Apel, M.; Pereira, S. M. L. (2007). *Diagnóstico regional: os pescadores e a pesca na região Oeste do Pará e Baixo Amazonas*. Santarém: MOPEBAM/IBAMA-ProVárzea
- Cardoso de Oliveira, R. (2002). *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília: Editora UnB.
- _____. 1998. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP.
- Cartilha Colônia de Pescadores. 2004. *Colônias de pescadores*. Santarém Baixo Amazonas, Pará. ([www.http://documentslide.com/Documents/cartilha-colonia-de-pescadores-55a0fb3dab4de](http://documentslide.com/Documents/cartilha-colonia-de-pescadores-55a0fb3dab4de). Html; acesso em 15/10/2016).
- Castello Branco, M. L. G. (2006). "Cidades Médias no Brasil". In Sposito, E. S.; Sposito, M. E. B.; Sobarzo, O. (Orgs.): *Cidades Médias: Produção do Espaço*. São Paulo: Expressão Popular. pp. 245-277.
- Castro, F.; McGrath, D. (2001). O manejo comunitário de lagos na Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, 12:112- 126.
- Cherem, M. F. C. B. S.; Azevedo, N. T. (2016). Conflitos socioambientais e processos de resistência de pescadores artesanais no litoral do Paraná. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 40. "SPG 03 – As Ciências Sociais e as populações costeiras: territórios e conflitos", Paraná.
- Dellagnezze, R. (2016). Os Enclaves, os Exclaves e a Soberania do Estado no Mundo Globalizado. *Âmbito Jurídico*, 1:1-43
- Diegues, A. C. S. (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática.
- _____. (2001). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec.
- _____. (2004). *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub-USP.
- Doria, C. R. C. et al. (2018). Grandes hidrelétricas na Amazônia: impactos no recurso pesqueiro e na pesca artesanal, desafios e lições aprendidas na bacia do Rio Madeira. *Revista Ciências da Sociedade (RCS)*, 2(4). <http://dx.doi.org/10.30810/rcs.v2i4.904>
- Esterci, N. (2014). Cientistas e povos da floresta: a invenção de novos territórios de proteção ambiental na Amazônia. In: Esterci, N; Santanna Junior, H. A.; Teisserenc, M. J. A. (orgs.). *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras. pp. 21-38.

- Ferreira, R. R. (2018). Gestão da pesca na Ilha de São Miguel, Santarém, Pará: mobilização política para acesso, uso e controle dos recursos pesqueiros locais. Dissertação. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará.
- Ferreira Penna, D.S. (1876). Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 1:85-99.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes
- Furtado, C.; Siqueira-Souza, F. (2018). PACE: Pescando Conhecimento: A arte de aprender e ensinar. In: Seminário Internacional em “Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia”, 5, Manaus-AM. Anais... Manaus.
- Frehse, F. (1998). O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. *Revista De Antropologia*, 41(2):235-243.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC
- Giddens, A. (1987). *Social theory and modern sociology*. Stanford: StanfordUniversity Press.
- Gohn, M. G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2):20-31.
- Hernandez, D. M. (2007). Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética? *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, 7(3): 791-811.
- Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2004). *Produção Brasileira da Aquicultura e Pesca, por Estado e espécie, para o ano de 2002*. Brasília: CEPENE.
- Icmbio -Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2014). *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns*. pp. 122. (www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades_coservacao/resextapajosarapiunspmvol1.pdf; acesso em 05/12/2019).
- Isaac, V. J.; Espírito Santo, R.; Almeida, M. C.; Almeida, O.; Roman, A. P.; Nunes, L. (2008). Diagnóstico, Tendências e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Pesqueiro Artesanal. In *Diagnóstico da Pesca e da Aqüicultura no Estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
- Kalikoski, D.; Dias Neto, J.; Glinfskoi Thé, A. P.; Ruffino, M. L.; Marrul Filho, S. (2009). *Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir*. Brasília: IBAMA.
- Leroy, J. P. (1988). O bote contra a geleira. Os pescadores de Santarém em busca da sua afirmação. *Revista Proposta*. Entre o passado e o futuro, 38:37-50.
- Malinowski, B. (1976). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Maldonado, S. (1986). *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática.
- _____. (1993). *Mestres e Mares: espaço e indivisão social na pesca marítima*. São Paulo: Annablume.
- Melo, M. (2006). Últimos avances en la justiciabilidad de los derechos indígenas en el sistema interamericano de derechos humanos. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 4(3):31-49.
- Mendes, R. S. (2018). *Construindo o diálogo: performance e política na regularização fundiária do território quilombola Alto Trombetas II*. Monografia. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará.
- Monteiro, I. A. P. (2015). *Protocolos Comunitários: Multiculturalismo em foco*. *Amazônia em Foco*, 4(6):34-48

- Moraes, S. C. (2001). Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. In: Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais "Fortaleza. Sociedade e Cidadania: novas utopias", Fortaleza: SBS.
- O'Dwyer, E. C. (2005). A Construção da Várzea como problema social na Região do Baixo Amazonas. In: Deborah, L. (Org.). Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA/PróVárzea. pp.416.
- Oviedo, A. F. P.; Bursztyn, M.; Drummond, J. A. (2015). Agora sob nova administração: acordos de pesca nas várzeas da Amazônia Brasileira. *Revista Ambiente & Sociedade*, 18(4):119-138. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC985V1842015>
- Pinto, M. F.; Nascimento, J. L. J.; Bringel, P. C. F.; Meireles, A. J. A. (2014). Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? *Revista Gaia Scientia*, 8(2):271-288.
- Prestes-Carneiro, G.; Béarez, P.; Shock, M. P.; Prümers, H.; Jaimes Betancourt, C. (2019). Pre-Hispanic fishing practices in interfluvial Amazonia: Zooarchaeological evidence from managed landscapes on the Llanos de Mojós savanna. *PLoS ONE* 14(5): e0214638. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0214638>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Ramalho, C. W. N. (2011). O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. *Revista de Antropologia*, 54(1):315-352.
- _____. (2006). *Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Editora Polis.
- Santos, M. A. S. (2005). A Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. *Amazônia: Cia. & Desenvolvimento*, 1(1)
- Silva, L. G. (1988). *Os pescadores na História do Brasil*. Vol. 1. Recife: Editora Vozes / Comissão Pastoral da Pesca.
- Silva, R. E.; Ferreira, R. R. (2018) Construção de Acordos de Pesca e Políticas Públicas para gestão de recursos pesqueiros na Região de Santarém, Pará (1990-2004). *O Social em Questão*, 21(41): 327-354.
- Silva, R. E. (2017). Por uma reforma agrária aquática? Luta por reconhecimento social dos ribeirinhos do rio tapajós para a construção de Acordos de Pesca. *Revista Ciências da Sociedade*, 1(2):81-102. DOI: <http://dx.doi.org/10.30810/rcs.v1i2.477>
- Silva, R. E.; Salgado, A. M. F. (2016). *Gestão social das águas na FLONA e Reserva Extrativista do Tapajós-Arapiuns: estudo socioantropológico sobre os conflitos para demarcação de zonas de pesca e mobilização social para a gestão e preservação dos territórios de pesca comunitária. Relatório Final do Projeto de Iniciação Científica (PROPPIT / Universidade Federal do Oeste do Pará), Santarém, Pará (mimeo)*.
- Silveira, M. I.; Schaan, D. P. (2005). Onde a Amazônia encontra com o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*, 18(1): 67-79. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v18i1.205>
- Sousa, W. L.; Vieira, T. A. An Amazonian Lake and the quality of life of its women: the case of Maicá, Santarém, Brazil (2018). (2021). *Environ Dev Sustain*. <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01486-x>
- Sousa, W L.; Silva, R. E.; Vieira, T. A. (2019). Preservar e Resistir: a luta dos pescadores artesanais em defesa do território pesqueiro do lago do Maicá, Em Santarém-Pará. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(52). DOI: <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2018v1n52ID12383>
- Tapajós Vivo. (2009). *Cartilha Tapajós Vivo para sempre - água para vida e não para a morte*. Santarém: Tapajós Vivo. pp.19.

Torres, M. (2014). O escriba e o narrador: a memória e a luta pela terra dos ribeirinhos do Alto Tapajós. *Tempo Social*, 26(1), 233-257. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100014>

Torres, M. (2016). Os assentamentos fantasmas e a metafísica da reforma agrária: análise da relação entre o Incra no oeste paraense e a extração ilegal de madeira e os números do II PNRA. *Geographia (UFF)*, 18:205-232.

Touraine, Alain. (1965). *Sociologie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.

Urquidi, V.; Teixeira, V.; Lana, E. (2008). Questão Indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas. *Cadernos PROLAM/USP*, 8(1):199-222.

Weber, F. (2009). *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond.